

## RELATÓRIO & CONTAS 2016



FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS MÃO AMIGA  
VALE DA ANTA – S. VALE ELLIPSA  
3740 – 310 SEVER DO VALE DA PORTUGAL



**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Un euros

Rubricas	Nota	Un euros	
		31-12-2016	31-12-2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	10	266,58	696,20
Bens do património histórico e artístico e cultural			
Propriedades de investimento	10	265.946,74	270.555,90
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		119,70	44,10
Fundadores/benefícios/patrocinadores/dadores/associados/membros			
		<b>271.296,20</b>	<b>271.296,20</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	526,59	526,59
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	11.6	42,85	91,54
Fundadores/benefícios/patrocinadores/dadores/associados/membros			
Outras contas a receber	11.1	71,70	8.438,04
Diferimentos		341,21	519,92
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11.3	92.268,64	109.117,07
		<b>93.250,99</b>	<b>118.693,16</b>
<b>Total do ATIVO</b>		<b>359.584,01</b>	<b>389.989,36</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos patrimoniais		350.000,00	350.000,00
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transferidos		24.784,99	23.814,86
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-22.951,71</b>	<b>970,13</b>
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>351.833,28</b>	<b>374.784,99</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
			<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.5	1.130,32	1.141,25
Adiantamentos de Clientes			
Estado e outros entes públicos	11.6	460,14	914,26
Fundadores/benefícios/patrocinadores/dadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	11.2	1.700,00	6.129,83
Outras contas a pagar	11.7	4.460,27	7.019,03
Outros passivos financeiros			
		<b>7.750,73</b>	<b>15.204,37</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.750,73</b>	<b>15.204,37</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>359.584,01</b>	<b>389.989,36</b>

O Contabilista Certificado (Nº 52250)

*Jusant*

A Direcção

*José Silva Costa*

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA NO PERÍODO FINDO EM 31.12.2016

Un: euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS		
			2016	2015
Vendas e serviços prestados	+			
Subsídios, doações e legados à exploração	+	11.8	12.388,04	61.188,10
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	11.9	(4.955,00)	(6.088,81)
Gastos com pessoal	-	9	(27.614,09)	(32.243,61)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	+/-			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	+/-			
Provisões (aumentos/reduções)	+/-			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	+/-			
Outras imparidades (perdas/reversões)	+/-			
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	+	11.10	12.445,29	12.661,73
Outros gastos e perdas	-	11.11	(10.947,68)	(30.946,43)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		-18.683,44	4.570,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	+/-	5	(5.038,78)	(6.937,29)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		-23.722,22	-2.366,31
Juros e rendimentos similares obtidos	+	11.10	770,51	3.336,44
Juros e gastos similares suportados	-			
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		-22.951,71	970,13
Imposto sobre rendimento do período	+/-			
<b>Resultado líquido do período</b>	=		-22.951,71	970,13

O Contabilista Certificado (Nº 52250)

*Jusant*

A Direção

*[Assinatura]*



## **ANEXO AO BALANÇO & DR 2016**



*fusamat*

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Principais Políticas Contabilísticas .....	3
2.1	Bases de Apresentação .....	3
2.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	7
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	7
5	Inventários .....	8
6	Rédito.....	9
7	Imposto sobre o Rendimento .....	9
8	Benefícios dos empregados .....	9
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	9
10	Outras Informações .....	10
10.1	Outras contas a receber.....	10
10.2	Diferimentos .....	10
10.3	Caixa e Depósitos Bancários .....	10
10.4	Fundos Patrimoniais .....	11
10.5	Fornecedores .....	11
10.6	Estado e Outros Entes Públicos .....	11
10.7	Outras Contas a Pagar.....	12
10.8	Subsídios, doações e legados à exploração .....	12
10.9	Fornecimentos e serviços externos .....	12
10.10	Outros rendimentos e ganhos .....	12
10.11	Outros gastos e perdas .....	13
10.12	Resultados Financeiros .....	13
10.13	Acontecimentos após data de Balanço.....	14

*HP*



fusant

## 1 Identificação da Entidade

---

A “FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação de direito privado” reconhecida por Despacho de 09-09-2009, do Secretário de Estado da Segurança Social e o respetivo registo lavrado em 17-09-2009, pela inscrição nº13/09, a fls. 08 Verso e 9, do livro nº7 das Fundações de Solidariedade Social, com sede em Vale da Anta, freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga.

Tem como atividade prestar apoio, no território nacional, a qualquer pessoa ou instituição carenciadas, no âmbito social, psicossocial e sociológico, de saúde, educacional, de formação, jurídico, habitacional ou outro, desde que reconhecidos como incentivo à promoção individual, familiar ou institucional.

## 2 Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 2.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### 2.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que, não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 2.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

fusant



*f. costa matos*

correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **2.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **2.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **2.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **2.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

*Edite Costa Matos*



## 2.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 2.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### 2.2.2 Propriedades de Investimento

Inclui essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da





atividade corrente dos negócios. As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo custo histórico.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 2.2.3 Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico.

### 2.2.4 Instrumentos Financeiros

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos e doadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Outras contas a Receber

As “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes rendimentos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores por acréscimos de rendimentos”.

#### Diferimentos

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos a reconhecer são registados nas respetivas contas das rubricas “Diferimentos”.



*fuam*

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **2.2.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e são compostos exclusivamente por fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade.

#### **2.2.6 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

### **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### **4 Ativos Fixos Tangíveis**

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro (valores em euros):

*fuam*

*Justiça*

2016						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Transf.	Revalorização	Saldo final
Equipamento de transporte	10 004,13					10 004,13
Equipamento administrativo	11 995,70					11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,65					2 539,65
<b>Total</b>	<b>24 539,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24 539,48</b>
<b>Depreciações</b>						
Equipamento de transporte	10 004,12					10 004,12
Equipamento administrativo	11 359,34	369,52				11 728,86
Outros Ativos fixos tangíveis	2 479,82	60,1				2 539,92
<b>Total</b>	<b>23 843,28</b>	<b>429,62</b>				<b>24 272,90</b>
<b>Valor líquido</b>						<b>266,58</b>

### Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos no período foram os seguintes (valores em euros):

2016						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Variações Justo Valor	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	75 000,00					75 000,00
Edifícios e outras construções	227 183,25					227 183,25
<b>Total</b>	<b>302 183,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>302 183,25</b>
<b>Depreciações</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	31 627,35	4 609,16				36 236,51
<b>Total</b>	<b>31 627,35</b>	<b>4 609,16</b>				<b>36 236,51</b>
<b>Valor líquido</b>						<b>265 946,74</b>

## 5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores (valores em euros):

Descrição	2016				2015		
	Inventário Inicial	Compras	Reclass. e Regul.	Inventário final	Compras	Reclass. e Regul.	Inventário final
Mercadorias	526,59			526,59			526,59
MP, subs. e de consumo							
P. Acab. e Intermédios							
Subpr., desp., res. e ref.							
Prod. e trab. em curso							
<b>Total</b>	<b>526,59</b>			<b>526,59</b>			<b>526,59</b>

*Justiça*

*fusant*

## 6 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos (valores em euros):

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestações de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	698,81	3 336,44
Subsídios, doações e legados à exploração	12 388,04	61 188,10
Outros Rend. e Ganhos	12 445,29	12 661,73
<b>Total</b>	<b>25 532,14</b>	<b>77 186,27</b>

## 7 Imposto sobre o Rendimento

A Fundação está isenta de IRC.

## 8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram 3. Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de 3 e em 2015 tinha sido 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes (valores em euros):

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	23 468,00	27 547,51
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	3 712,67	4 276,88
Seg. Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	268,96	223,02
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	164,46	196,20
<b>Total</b>	<b>27 614,09</b>	<b>32 243,61</b>

## 9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17

*Ho*



de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 10.1 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Devedores por acréscimos de rendimentos		2 657,32
Outros Devedores		5 780,72
Perdas por Imparidade		
Total	0,00	8 438,04

### 10.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos (valores em euros):

Descrição	2016	2015
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	341,21	519,92
Total	341,21	519,92
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	1 700,00	6 129,83
Total	1 700,00	6 129,83

### 10.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo (valores em euros):



Descrição	2016	2015
Caixa	51,79	9,10
Depósitos à ordem	4 716,85	15 863,97
Depósitos a prazo	87 500,00	93 244,00
Outros	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>92 268,64</b>	<b>109 117,07</b>

#### 10.4 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações (valores em euros):

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	350 000,00			350 000,00
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	23 814,86	970,13		24 784,99
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
<b>Total</b>	<b>373 814,86</b>	<b>970,13</b>		<b>374 784,99</b>

#### 10.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	1 130,32	1 141,25
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em recepção e conferência		
<b>Total</b>	<b>1 130,32</b>	<b>1 141,25</b>

#### 10.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
IVA	42,85	91,54
<b>Total</b>	<b>42,85</b>	<b>91,54</b>
<b>Passivo</b>		
IRS	89	260,09
Segurança Social	370,63	653,66
FGCT - Fundo Garantia Comp. do Trabalho	0,51	0,51
<b>Total</b>	<b>460,14</b>	<b>914,26</b>

*F. Santos*

### 10.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos		4 453,97		7 012,73
Outros credores		6,30		6,30
Total	0,00	4 460,27	0,00	7 019,03

### 10.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados (valores em euros):

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	6 929,83	9 526,36
Subsídios de outras entidades	458,21	16 661,74
Doações e heranças	5 000,00	35 000,00
Legados		
Total	12 388,04	61 188,10

### 10.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte (valores em euros):

Descrição	2016	2015
Subcontratos		
Serviços especializados	1 891,13	524,75
Materiais	316,69	2 390,14
Energia e fluidos	371,25	1 241,73
Deslocações, estadas e transportes	259,85	0,40
Serviços diversos	2 116,08	1 931,79
Total	4 955,00	6 088,81

### 10.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma (valores em euros):

*F. Santos*



Descrição	2016	2015
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (Rendas)	10 200,00	10 500,00
Outros rendimentos e ganhos	2 245,29	2 161,73
<b>Total</b>	<b>12 445,29</b>	<b>12 661,73</b>

### 10.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2016	2015
Impostos		131,91
Outros		0,02
Custos com apoios concedidos a utentes	10 947,68	30 814,50
<b>Total</b>	<b>10 947,68</b>	<b>30 946,43</b>

Nesta rubrica, o destaque vai para os "Custos com apoios cedidos a utentes" uma vez que é este o sentido da existência da FMA, que se desdobram do seguinte modo, de acordo com o plano de ações definido no início do ano:

- Apoio no âmbito da educação: 8.135,80€
- Apoio no âmbito da habitação: 466,21€
- Apoio ao nível da educação social (supressão das necessidades básicas como a alimentação, o vestuário, outros...): 2.345,67€

### 10.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares (valores em euros):

Descrição	2016	2015
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	698,81	3 336,44
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
<b>Total</b>	<b>698,81</b>	<b>3 336,44</b>





### 10.13 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período e, até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Silva Escura, 28 de Fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção

## PARECER DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do artigo 21º dos Estatutos da **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, o Fiscal Único apreciou o Relatório e Contas do Período de 2016 tendo verificado todos os documentos julgados necessários e recebido da Administração os esclarecimentos solicitados.

As contas apresentadas pela Administração relativas ao ano de 2016, satisfazem os princípios legalmente estabelecidos, traduzindo a situação da Instituição nos aspectos financeiros e patrimoniais.

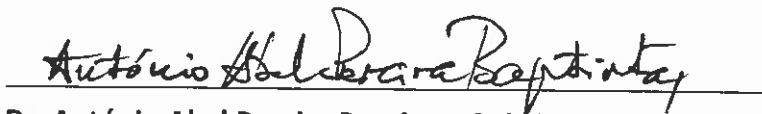
Assim, o Fiscal Único da **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, propõe ao Conselho Superior a aprovação das contas referentes ao ano de 2016.

Sever do Vouga, 20 de Abril de 2017

O Fiscal Único,

ANTÓNIO BAPTISTA, ELÍLIO QUINTAS  
E LINO VIEIRA - S.R.O.C.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.  
representada por



Dr. António Abel Pereira Baptista - R.O.C. Nº 518

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2016** (que evidencia um total de 359.584 Euros e um total de capital próprio de 351.833 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.952 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA deterá sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões internacionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

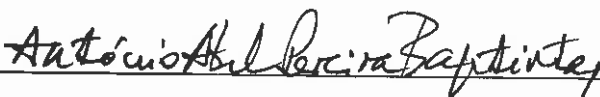
### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com o requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 20 de Abril de 2017

“António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.”

representada por



Dr. António Abel Pereira Baptista - R.O.C. nº 518

ANTÓNIO BAPTISTA, ELÍLIO QUINTAS  
E LINO VIEIRA - S.R.O.C.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas